



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 5783

**Presidente da Mesa Diretora:** Ademar de Barros Bicalho

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

**Autoria:** Christian Wladimir Alves Simões

**Data:** 26/03/2002

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/2002. (RETIRADO). Cria a disciplina "Informática", em regime optativo, nas escolas da rede municipal de ensino do município de Montes Claros.

**Controle Interno – Caixa:** 27.3 **Posição:** 42 **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Pendentes  
nº: 27.3  
Ordem: 42  
nº fcs: 03



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2.002

AUTOR:

VEREADOR – KIKO CANELA

ASSUNTO:

Cria a disciplina “Informática” em regime optativo nas Escolas da

Rede Municipal de Ensino”.

### MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 26/03/2.002
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - VISTAS POR 3 DIAS EM: 10.10.2002
- 4 - RETIRADA DE PASTA EM: 15.10.2002
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Caixa

As Comissões  
Montes Claros  
26.03.2002



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

# PROJETO DE LEI Nº 2.002

**"Cria a disciplina "Informática"  
em regime optativo nas Escolas da Rede Municipal de Ensino".**

A Câmara Municipal de Montes Claros - MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir a disciplina denominada de "**Informática**", nos estabelecimentos da Rede Municipal.

Parágrafo único. - A disciplina referida no "caput" deste artigo terá caráter experimental de 04 (quatro) anos, após sua instituição.

Art. 2º A disciplina Informática, abrangerá:

Noções Básicas de : -

- I - Computadores e origem;
- II - Internet;
- III - Editores de Textos;
- IV - Sistemas Operacionais;
- V - Aplicativos;
- VI - programação;
- VII - digitação;

Art. 3º Os recursos decorrentes da aplicação do disposto nesta lei correrão por conta de dotações consignadas nos orçamentos do município, do Estado e da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 18 de MARÇO de 2.002.

VEREADOR  
KIKO CANELA

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
25/03/2002	
HORA: 15:20	
ASS: [assinatura]	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

E JUSTIÇA

EM 01 DE ABRIL DE 2002



PRESIDENTE

E' ILEGAL







# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2002 QUE “ Cria a disciplina “informática” em regime optativo nas Escolas da Rede Municipal de Ensino”, de autoria do Vereador Kiko Canela.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Trata-se de Projeto de Lei que cria disciplina de Informática em regime optativo nas escolas da Rede Municipal de Ensino.

De acordo com o projeto em apreço, o Poder Executivo deverá instituir em caráter experimental pelo período de 4 ( quatro ) anos a referida disciplina para os alunos matriculados na Rede de Ensino Municipal.

Acontece que, analisando-se o referido projeto, verifica-se que o texto não informa quanto ao destino da disciplina após esse período experimental, deixando “lacunas” na proposição apresentada.

Portanto, para a efetividade do Projeto, caso aprovado, será necessário criação de uma regulamentação, além do que, por outro prisma, tem-se a real necessidade da criação de cargos de professores para atender a demanda prevista no dispositivo.

O fato de depender de criação de cargos de professores faz com que o mencionado Projeto, nos termos do artigo 51, da LOM, seja de iniciativa exclusiva do Prefeito.

Evidente, portanto, que não detém competência para a iniciativa do projeto em epígrafe o nobre vereador.

Ademais, de acordo com o artigo 3º do projeto em tela, que dispõe que os recursos decorrentes da aplicação no disposto desta lei correrão por conta de dotações consignadas nos orçamentos do município, ressalta-se:

### **Art.167 CF- São vedados:**

- I- o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II- a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

*[Handwritten signature]*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Ademais, a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, em seus artigos 15 e 16, menciona:

**Art.15- Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigações que não atendam o disposto nos arts.16 e17.**

**Art.16- A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:**

- I- estimativa do impacto orçamentário- financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.**

**Ex positis**, o Projeto de Lei não fere e nem contrária as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo **Constitucional**, mas, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, **illegal**.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 09 de setembro de 2002.

  
**Gabriela Regina Abreu**  
**Assessora Jurídica**  
**OAB/MG 81.617**